



TAXA DE DESEMPREGO NO ESPÍRITO SANTO CAI PARA 3,1% NO 2º TRIMESTRE: MENOR NÍVEL DA SÉRIE HISTÓRICA

Elaborado por: André Spalenza, Felipe Montini e Eduarda Gripp.

DESTAQUES - SEGUNDO TRIMESTRE

TAXA DE DESEMPREGO
(MENOR DA SÉRIE HISTÓRICA)

3,1%

PESSOAS DESOCUPADAS

65 MIL

**AUMENTO DA
INFORMALIDADE**

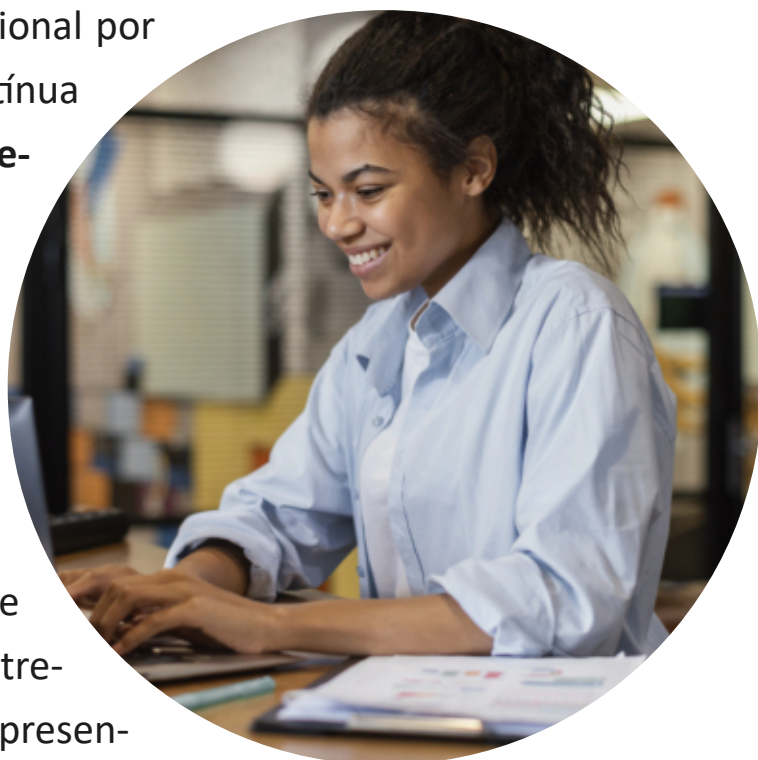
38,2%

**OCUPADOS
INFORMALMENTE**

799 MIL

MERCADO DE TRABALHO CAPIXABA SE APROXIMA DO PLENO EMPREGO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE)¹, a **taxa de desemprego²** no Espírito Santo recuou para **3,1% no segundo trimestre de 2025**, alcançando o menor patamar da série histórica iniciada em 2012. Em comparação ao trimestre anterior, a redução foi de 0,9 ponto percentual, o que revela um mercado de trabalho extremamente aquecido, com o estado apresentando a **menor taxa de desocupação do Sudeste e a quinta menor do país**. No mesmo período, a taxa nacional foi de 5,8%.



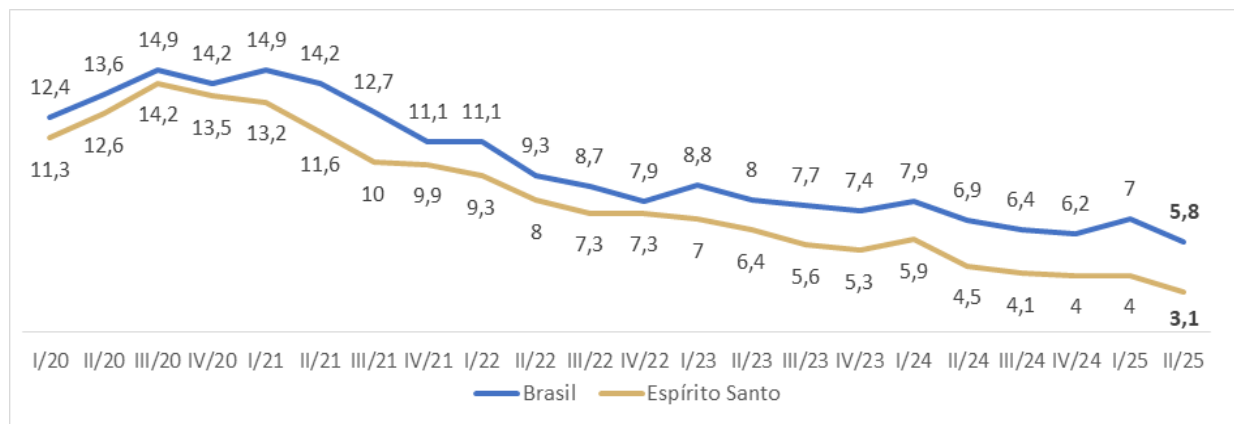
A taxa de desemprego vem caindo consistentemente no estado desde o terceiro trimestre de 2020. Com exceção de um breve aumento registrado no início de 2024, **o estado vem observando sucessivas reduções em seus níveis de desocupação**, com a taxa de desemprego passando de 14,2% no terceiro trimestre de 2020, para 3,1% no segundo trimestre de 2025, **uma queda de 11,1 pontos percentuais em menos de**

de cinco anos. Esse desempenho revela a intensidade da recuperação do mercado de trabalho capixaba após os impactos da pandemia, consolidando o Espírito Santo entre os estados com melhores indicadores de ocupação no país.

O nível de desemprego atualmente registrado no Espírito Santo indica que o estado se encontra em uma situação próxima ao pleno emprego, caracterizada por um mercado em que praticamente toda a força de trabalho disponível está ocupada e aqueles que procuram uma ocupação conseguem inserção de forma relativamente rápida. Nesse contexto, o desemprego tende a refletir apenas sua taxa natural, composta pelo desemprego decorrente da transição temporária entre empregos, e pelo desemprego estrutural, que ocorre quando há descompasso entre as qualificações da mão de obra e as demandas das empresas.

Diante desse cenário, as prioridades do poder público e as políticas voltadas ao mercado de trabalho deixam de se concentrar na criação de postos ou na redução do desemprego em si, passando a ter como foco a qualidade dos vínculos laborais. Isso envolve questões como formalização, estabilidade, proteção social, remuneração adequada e possibilidades de progressão profissional. Além disso, ganha relevância o enfrentamento de gargalos setoriais, em áreas onde faltam trabalhadores qualificados, e a redução de desigualdades persistentes, como as de gênero, raça e região. Em síntese, em um ambiente próximo ao pleno emprego, a agenda pública se orienta menos para ampliar o número de ocupações e mais para assegurar que essas ocupações sejam inclusivas, formais e sustentáveis.

Taxa (%) de desemprego trimestral, Brasil e Espírito Santo, 2020 - 2025



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

TRABALHO AUMENTA, MAS VÍNCULOS FORMAIS AINDA SÃO DESAFIO

No Espírito Santo, 2,105 milhões de pessoas fazem parte da força de trabalho, ou População Economicamente Ativa (PEA), que inclui as pessoas ocupadas e aqueles em busca de emprego. Em comparação com o segundo trimestre de 2024, houve uma redução de 38 mil pessoas na força de trabalho no estado.

O número de **desocupados** recuou de 84 mil pessoas no 1º trimestre para **65 mil no 2º trimestre de 2025**. Dessa forma, cerca de **19 mil pessoas deixaram a condição de desocupadas no estado**, seja porque conseguiram um emprego ou porque deixaram a força de trabalho. Ao todo, **32 mil pessoas deixaram a condição de desocupadas desde o 2º trimestre de 2024**, o que representa uma redução de cerca de **33% no número de desocupados** em 12 meses.

O Espírito Santo registrou 2,039 milhões de pessoas ocupadas no segundo trimestre de 2025, um acréscimo de 33 mil em relação ao trimestre anterior. No entanto, a maior parte desse crescimento ocorreu em postos de **trabalho informal**, que responderam por **24 mil das novas ocupações**. Com isso, o contingente de trabalhadores em situação de informalidade alcançou **779 mil pessoas no estado**. Esse movimento indica que a recente redução da taxa de desemprego tem sido impulsionada, em grande medida, pela expansão da ocupação informal, o que evidencia um desafio estrutural do mercado de trabalho capixaba e reforça a necessidade de políticas que estimulem a formalização e tornem o emprego formal mais atrativo e competitivo em relação ao informal.

Características Populacionais e Ocupacionais (mil pessoas), ES

Espírito Santo	2º Trimestre 2024	1º Trimestre 2025	2º Trimestre 2025	Diferença (mil pessoas)	
				2º Tri/25 - 1º Tri/25	2º Tri/25 - 2º Tri/24
Pessoas de 14 anos ou mais	3.311	3.352	3.366	14	55
Força de Trabalho (PEA)	2.143	2.090	2.105	15	-38
Ocupados	2.046	2.006	2.039	33	-7
Ocupados em situação de informalidade	809	755	779	24	-30
Desocupados	97	84	65	-19	-32
Fora da Força de Trabalho	1.168	1.262	1.261	-1	93

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

SAFRA DO CAFÉ IMPULSIONA A AGROPECUÁRIA E GERA 31 MIL VAGAS TEMPORÁRIAS

No segundo trimestre de 2025, o número de pessoas ocupadas no Espírito Santo cresceu **1,6% em relação ao trimestre anterior**. O principal destaque foi a **Agropecuária**, que registrou expansão de **12,2%**, o que equivale a cerca de **31 mil novas ocupações**. Esse movimento tem forte componente sazonal, já que o período coincide com a safra do café, principal commodity agrícola do estado, e impulsiona contratações temporárias que tendem a ser revertidas nos meses seguintes com o término da colheita.

O **Comércio** também apresentou recuperação, com aumento de **5,4%** após a retração observada no início do ano. O setor segue um padrão sazonal de demanda, com dispensas concentradas no primeiro trimestre e retomada das contratações no segundo, movimento que costuma se intensificar no segundo semestre, quando datas como Dia das Crianças, Black Friday e Natal elevam o volume de vendas.

Na Indústria, observou-se uma variação positiva de 1,3% em relação ao primeiro trimestre, mas o setor ainda acumula queda de 4,6% frente ao mesmo período de 2024, o que representa uma redução de aproximadamente 11 mil postos de trabalho em um ano. Já o número de ocupados na Construção Civil caiu 6,7% nesse período.

O setor de **Serviços** registrou uma leve queda de **0,9%** no total de ocupados, puxada principalmente por **Transporte, Armazenagem e Correio (-9,5%)** e pelos **Serviços Domésticos (-8,1%)**. Em contrapartida, os **serviços de Alojamento e Alimentação**, que englobam bares, restaurantes, hotéis e pousadas, apresentaram crescimento de **6%**, com **6 mil novos trabalhadores**. Esse desempenho acompanha o aumento da demanda por serviços voltados às famílias. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS/IBGE), esse segmento cresceu 15,1% no primeiro semestre de 2025 no Espírito Santo, em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim, o aumento da demanda por esses serviços, que também estão fortemente vinculados às atividades turísticas, tem se refletido diretamente no mercado de trabalho, com maior volume de contratações e geração de oportunidades nos ramos de hospitalidade e alimentação.

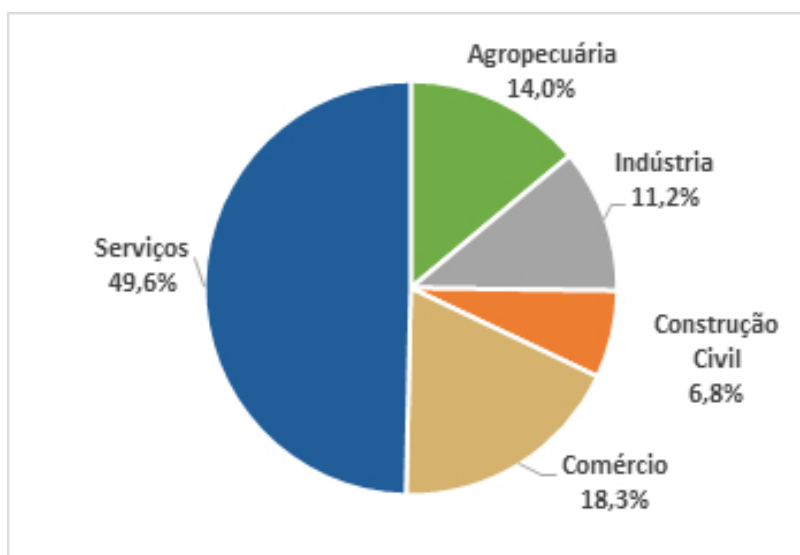
Pessoas OCUPADAS (Mil pessoas) por setores, ES

SETORES	2º Trimestre 2024	1º Trimestre 2025	2º Trimestre 2025	Variação	
				2º Tri/25 - 1º Tri/25	2º Tri/25 - 2º Tri/24
Agropecuária	272	254	285	12,2%	4,8%
Indústria	240	226	229	1,3%	-4,6%
Construção Civil	149	149	139	-6,7%	-6,7%
Comércio	364	355	374	5,4%	2,7%
Serviços	1.021	1.021	1012	-0,9%	-0,9%
Transporte, armazenagem e correio	113	126	114	-9,5%	0,9%
Alojamento e alimentação	105	100	106	6,0%	1,0%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	230	225	231	2,7%	0,4%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	352	363	364	0,3%	3,4%
Outros serviços	104	108	106	-1,9%	1,9%
Serviços domésticos	117	99	91	-8,1%	-22,2%
TOTAL	2.046	2.006	2.039	1,6%	-0,3%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

No Espírito Santo, os setores de **Serviços e Comércio** são os maiores empregadores, reunindo **49,6% e 18,3%** da população ocupada, respectivamente. Juntos, **representam cerca de 68%** do total de trabalhadores no estado, o equivalente a aproximadamente **1,386 milhão dos 2,039 milhões** de pessoas ocupadas.

Representatividade (%) de pessoas ocupadas por setor, ES, 2º trimestre de 2025



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

No segundo trimestre de 2025, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas no Espírito Santo registrou uma **leve queda de -0,6%**, passando de **R\$ 3.354 para R\$ 3.334** em relação ao trimestre anterior. O valor considera a remuneração no trabalho principal, abrangendo tanto ocupações formais quanto informais em todos os setores econômicos. Com esse resultado, o estado passou a ocupar a **10ª posição no ranking nacional de rendimentos**, ficando ligeiramente abaixo da média brasileira, de **R\$ 3.369**.

Entre os grandes setores, apenas a Indústria apresentou variação positiva, com crescimento de 4,6% nos rendimentos. No Comércio, os salários permaneceram estáveis, enquanto os setores de Serviços (-0,4%), Construção Civil (-0,4%) e Agropecuária (-3,3%) registraram retração.

Dentro dos Serviços, porém, destaca-se o segmento de **Alojamento e Alimentação**, que registrou aumento expressivo de **7,3% nos rendimentos**. Esse movimento está associado ao aquecimento da demanda por mão de obra em atividades ligadas ao turismo e ao lazer, como bares, restaurantes, hotéis e pousadas, o que elevou a pressão salarial e contribuiu para a valorização dos rendimentos nesse segmento no segundo trimestre.

Rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas, habitualmente recebido no trabalho principal, por setores, ES

SETORES	2º Trimestre 2024	1º Trimestre 2025	2º Trimestre 2025	Variação	
				2º Tri/25 - 1º Tri/25	2º Tri/25 - 2º Tri/24
Agropecuária	2.392	2.415	2.335	-3,3%	4,6%
Indústria	3.474	3.329	3.481	4,6%	-7,5%
Construção	2.691	2.864	2.852	-0,4%	12,1%
Comércio	2.806	2.861	2.862	0,0%	6,0%
Serviços*	3.605	3.809	3.794	-0,4%	6,4%
Transporte, armazenagem e correio	3.474	3.340	3.250	-2,7%	0,2%
Alojamento e alimentação	2.189	2.380	2.554	7,3%	-8,6%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.083	4.483	4.538	1,2%	9,2%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	4.813	4.885	4.815	-1,4%	4,9%
Outros serviços	2.635	2.928	2.586	-11,7%	7,9%
Serviços domésticos	1.293	1.331	1.358	2,0%	3,2%
Geral	3.237	3.353	3.334	-0,6%	4,9%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

*Média salarial ponderada pela proporção de pessoas ocupadas em cada um dos segmentos de Serviços.

OCUPAÇÃO AVANÇA NO ES, MAS CRESCIMENTO É IMPULSIONADO PELA INFORMALIDADE

Mais da metade das pessoas ocupadas no Espírito Santo (52,7%) atuam como empregados no setor privado, totalizando 1,074 milhão de pessoas. O número de empregados no setor privado **sem carteira assinada** cresceu **5,9%** em relação ao 1º trimestre, enquanto que, para empregados formais, **com carteira assinada, o crescimento foi de apenas 1,3%**. Dessa forma, o número de trabalhadores contratados de forma informal no setor privado cresceu de forma mais acentuada. Em números absolutos, houve um aumento de 10 mil empregados com carteira assinada e 17 mil sem carteira assinada no setor privado no 2º trimestre em comparação com o primeiro. Ao todo, entre os empregados no setor privado, **28,6% atuam sem carteira assinada**, o que corresponde a 307 mil trabalhadores empregados informalmente no 2º trimestre.

Esse avanço da informalidade também se refletiu entre empregadores e trabalhadores por conta própria no Espírito Santo. Enquanto o número de empregadores com CNPJ permaneceu estável em **75 mil pessoas**, o contingente de **empregadores sem CNPJ** cresceu **5,6%**, alcançando **16 mil pessoas**.

Entre os trabalhadores por conta própria, o movimento foi semelhante, houve uma queda de **5,3%** entre aqueles que atuam com CNPJ, ao mesmo tempo em que os **autônomos sem CNPJ** aumentaram **3,5%**, o que representa **12 mil novas pessoas em atividades informais**. Nesse grupo estão incluídos prestadores de serviços como pedreiros, pintores e eletricitas; comerciantes informais, como vendedores ambulantes e feirantes; profissionais liberais sem registro, como fotógrafos e programadores; além de pequenos empreendedores que dependem exclusivamente de seus próprios esforços para manter seus negócios.

No total, cerca de **71% dos trabalhadores por conta própria no estado atuam informalmente**, sem CNPJ, o que equivale a aproximadamente **353 mil pessoas**. Assim, a informalidade no Espírito Santo não se limita à existência de **vínculos empregatícios precários**, mas também se expressa na chamada **informalidade empresarial ou produtiva**, caracterizada pela ausência de registro da atividade econômica. Esse fenômeno traz implicações relevantes tanto para os trabalhadores quanto para o poder público.

No caso dos profissionais autônomos e empreendedores sem CNPJ, a falta de formalização dificulta o acesso a crédito bancário, a emissão de notas fiscais, a participação em licitações e a celebração de contratos com empresas, restringindo suas possibilidades de crescimento e inserção em cadeias produtivas mais estruturadas.



Já para o poder público, a informalidade empresarial implica na perda de arrecadação tributária e dificulta o planejamento de políticas de incentivo ao empreendedorismo e à qualificação profissional. O estímulo à formalização dos trabalhadores por conta própria garante maior segurança econômica a esses profissionais, ampliando a proteção social no que se refere à previdência, aposentadoria, e demais direitos, além de favorecer o acesso a oportunidades e, ao mesmo tempo, contribuindo para elevar a competitividade e a produtividade da economia estadual.

Pessoas OCUPADAS (Mil pessoas),
por tipo de ocupação, ES

Tipo de Ocupação	2º Trimestre 2024	1º Trimestre 2025	2º Trimestre 2025	Variação	
				2º Tri/25 - 1º Tri/25	2º Tri/25 - 2º Tri/24
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	1.052	1.047	1.074	2,6%	2,1%
Com carteira assinada	739	757	767	1,3%	3,8%
Sem carteira assinada	313	290	307	5,9%	-1,9%
Trabalhador doméstico	116	99	91	-8,1%	-21,6%
Com carteira assinada	30	26	25	-3,8%	-16,7%
Sem carteira assinada	86	73	66	-9,6%	-23,3%
Empregado no setor público	239	241	250	3,7%	4,6%
Empregador	101	94	93	-1,1%	-7,9%
Com CNPJ	78	75	75	0,0%	-3,8%
Sem CNPJ	24	18	19	5,6%	-20,8%
Conta própria	487	493	497	0,8%	2,1%
Com CNPJ	150	152	144	-5,3%	-4,0%
Sem CNPJ	337	341	353	3,5%	4,7%
Trabalhador familiar auxiliar	49	33	34	3,0%	-30,6%
Total	2.046	2.006	2.039	1,6%	-0,3%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

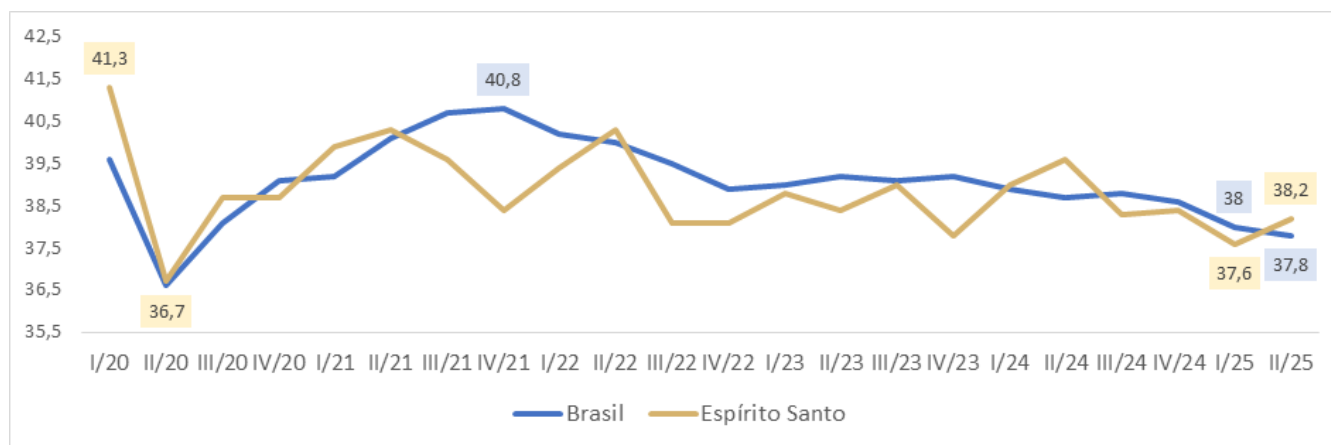
INFORMALIDADE

A taxa de informalidade³ é o percentual de informais dentro da população ocupada. Nesse contexto, a situação de informalidade se refere às pessoas ocupadas como “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, exclusive trabalhador doméstico”, “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”, “Empregador sem CNPJ”, “Conta própria sem CNPJ” e “Trabalhador familiar auxiliar”.

No segundo trimestre de 2025, a **taxa de informalidade** no Espírito Santo **aumentou de 37,6% para 38,2%**, elevando o número de pessoas em ocupações informais de **755 mil para 779 mil**, um acréscimo de **24 mil trabalhadores**. Esse movimento contrasta com o observado no **nível nacional**, onde a informalidade registrou leve queda, passando de **38% para 37,8%**. Como resultado, a taxa de informalidade do Espírito Santo superou a **média nacional pela primeira vez desde o segundo trimestre de 2024**.



Taxa (%) de informalidade trimestral, Brasil e Espírito Santo, 2020-2025



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A taxa de desemprego no Espírito Santo atingiu 3,1%, a menor entre os estados do Sudeste e a quinta menor do país. Entretanto, a **informalidade** permanece elevada, em **38,2%**, a maior entre os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sendo superada apenas por estados do Norte e Nordeste.

A **subocupação por insuficiência de horas trabalhadas** aumentou de **1,4% para 1,9%** no estado. Mesmo assim, o Espírito Santo apresenta a terceira menor taxa de subocupação do país, atrás apenas de Santa Catarina (1,1%) e Mato Grosso (1,5%), indicando que a maioria dos trabalhadores consegue cumprir jornadas compatíveis com sua disponibilidade e interesse. Em comparação, a taxa nacional é de 4,5%.

Já a **taxa de subutilização da força de trabalho**⁴, que inclui desempregados, subocupados e pessoas que desejam trabalhar, mas não buscaram emprego, foi de **7,1%**, também a terceira menor do Brasil e bem abaixo da média nacional de **14,4%**. Esses indicadores evidenciam a capacidade do mercado capixaba de absorver a mão de obra disponível, apesar dos altos níveis de informalidade.



Ranking da Taxa de Desocupação (%) das Unidades da Federação, 2º trimestre de 2025

Ranking	Estados	Taxa (%) de desocupação	Taxa (%) de Informalidade	Rendimento Médio (R\$)*	Taxa (%) de Subocupação	Taxa (%) de Subutilização
1º	Santa Catarina	2,2	24,7	4.028	1,1	4,4
2º	Rondônia	2,3	48,1	3.110	2,6	7,6
3º	Mato Grosso	2,8	35,5	3.503	1,5	6,8
4º	Mato Grosso do Sul	2,9	32	3.466	3	8,1
5º	Espírito Santo	3,1	38,2	3.334	1,9	7,1
7º	Minas Gerais	4	36,5	3.102	3,5	10,4
10º	São Paulo	5,1	29,2	4.055	3	10,8
23º	Rio de Janeiro	8,1	37,6	4.081	3,6	14,2
-	Brasil	5,8	38	3.369	4,5	14,4

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES. *Habitualmente recebido no trabalho principal

A composição do mercado de trabalho no Espírito Santo mostra que a **desocupação é mais elevada entre os jovens**, diminuindo à medida que aumenta a idade. A taxa de desemprego atinge **17,4% entre adolescentes de 14 a 17 anos** e 6% entre jovens de **18 a 24 anos**, enquanto nas faixas etárias mais altas permanece abaixo de 4%. Esses números evidenciam a maior dificuldade de inserção dos jovens no mercado capixaba.

Além da elevada desocupação, a **informalidade** também é significativamente mais alta entre os jovens. **Entre os adolescentes de 14 a 17 anos, 80% dos ocupados trabalham informalmente**, o que representa **22 mil dos 28 mil jovens ocupados** nessa faixa etária. Entre os jovens de **18 a 24 anos**, a informalidade atinge **39,9%**, correspondendo a **104 mil ocupados**. Assim, aproximadamente 126 mil jovens entre 14 e 24 anos atuam em condições informais no estado. Dessa forma, além das dificuldades de inserção, muitos jovens precisam aceitar trabalhos informais, com vínculos precários e menor proteção social.



Pessoas Ocupadas por Faixa Etária, ES, 2º Trimestre de 2025

Indicador	14 a 17	18 a 24	25 a 39	40 a 59	60 ou mais	Total
Pessoas de 14 anos ou mais	230	404	917	1.105	710	3.366
Força de Trabalho (PEA)	34	276	748	866	181	2.105
Ocupados	28	260	724	849	179	2.039
Ocupados em situação de informalidade	22	104	247	307	98	779
Desocupados	6	16	24	17	2	65
Fora da Força de Trabalho	196	127	169	239	529	1.261
Taxa de Desocupação (%)	17,4	6	3,2	2	1	3,1
Taxa de Informalidade (%)	80	39,9	34,1	36,2	55	38,2

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

O crescimento da informalidade no Espírito Santo também pode estar relacionado ao ritmo mais lento de criação de empregos formais com carteira assinada em 2025. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), o estado registrou **20.527 novos postos formais no primeiro semestre**, uma redução de **32,5%** em relação ao mesmo período de 2024, o que equivale a **9.888 empregos a menos**.

Entre os cinco grandes setores, apenas a **Agropecuária** apresentou crescimento na comparação anual, com **1.762 vagas adicionais**, vinculadas principalmente à safra do café. Por se tratar de contratações sazonais, esses postos tendem a ser encerrados nos meses seguintes. Os demais setores registraram criação de empregos inferior à do primeiro semestre de 2024. Apesar de todos apresentarem mais admissões do que desligamentos, a **expansão do mercado formal no estado ocorre de forma mais contida**.

Saldo e Total de Empregos Formais por Setor, ES

SETORES	Saldo de Empregos			Total de Empregos		
	1º Sem/24	1º Sem/25	Diferença	1º Sem/24	1º Sem/25	Variação
Serviços	13.596	7.118	-6.478	411.484	423.487	2,92%
Comércio	1.542	405	-1.137	227.239	233.720	2,85%
Indústria	5.360	3.820	-1.540	159.446	164.412	3,11%
Construção	4.250	1.755	-2.495	68.941	69.392	0,65%
Agropecuária	5.667	7.429	1.762	37.633	38.925	3,43%
Total	30.415	20.527	-9.888	904.743	929.938	2,78%

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Em 2025, a criação de **empregos formais** no Espírito Santo beneficiou especialmente os jovens de até 17 anos, sendo o único grupo etário que registrou aumento em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, **4.363 novos postos de trabalho** foram ocupados por esses jovens, um crescimento de **49%**, equivalente a **1.434 vagas a mais** que em 2024.

Esse movimento evidencia uma priorização, por parte das empresas, pela inserção de jovens no mercado de trabalho formal.



Saldo de Empregos Formais por Faixa Etária, ES

Faixa Etária	1º Sem/24	1º Sem/25	Diferença	Variação
Até 17	2.929	4.363	1.434	49,0%
18 a 24	14.503	11.477	-3.026	-20,9%
25 a 29	2.386	397	-1.989	-83,4%
30 a 39	4.248	1.365	-2.883	-67,9%
40 a 49	4.818	2.672	-2.146	-44,5%
50 a 64	2.026	688	-1.338	-66,0%
65 ou mais	-495	-435	60	12,1%
Total	30.415	20.527	-9.888	-32,5%

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Juntamente com o aumento na contratação de jovens, cresceu também a demanda por **Jovens Aprendizizes**, modalidade que combina trabalho e formação técnico-profissional para pessoas de 14 a 24 anos, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários. No primeiro semestre de 2025, foram criadas **825 vagas para aprendizes**, 752 a mais que no semestre anterior. Destas, **71,4%** concentraram-se nos setores de **Comércio (374 vagas)** e **Serviços (215 vagas)**

A contratação de jovens aprendizes, além de atender à exigência legal e cumprir uma função social, é também uma estratégia de redução de custos trabalhistas e salariais. O programa prevê encargos menores, como FGTS de 2% (em vez dos 8% aplicados aos demais empregados), e isenção de aviso prévio indenizado e de multa rescisória. A remuneração média também é significativamente inferior à de funções equivalentes em tempo integral, devido à jornada reduzida e ao caráter formativo do contrato.

No Espírito Santo, o salário médio real de um aprendiz foi de R\$ 756,78 em junho de 2025, permitindo às empresas formar profissionais conforme suas necessidades, ao mesmo tempo em que otimizam a folha de pagamento e reduzem custos futuros com recrutamento e treinamento.

A inserção de jovens no mercado de trabalho formal é importante tanto para o desenvolvimento individual quanto para o fortalecimento da economia. Para as empresas, a contratação de jovens representa a oportunidade de formar novos talentos alinhados às suas necessidades, renovando suas equipes e incorporando visões inovadoras.

Saldo de Empregos de Jovens Aprendizes, ES

SETORES	1º Sem/24	1º Sem/25	Diferença
Serviços	-119	215	334
Comércio	-12	374	386
Indústria	254	61	-193
Construção	5	175	170
Agropecuária	-55	0	55
Total	73	825	752

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.



Apesar da baixa taxa de desemprego, para a expansão do trabalho formal no estado, é necessário analisar onde as pessoas estão ocupadas e a qualidade de seus vínculos. Atualmente, existem **779 mil pessoas atuando informalmente**, seja como empregados sem registro em carteira (CLT) ou como empregadores e autônomos sem CNPJ. Entre os jovens de 14 a 24 anos, aproximadamente **126 mil** trabalham de forma informal. Esse contingente representa uma reserva de mão de obra que poderia ser incorporada ao mercado formal, especialmente considerando que as empresas têm priorizado a contratação de jovens no primeiro semestre de 2025, conforme dados do CAGED.

Nesse contexto, **o principal desafio, tanto do Estado quanto das próprias empresas, é desenvolver mecanismos e condições que tornem o trabalho formal mais atrativo e vantajoso do que a informalidade.**

Por parte do Estado, é fundamental promover a **conscientização sobre os benefícios de longo prazo do trabalho formal**, como a garantia de direitos trabalhistas, acesso à aposentadoria e maior estabilidade. Também é necessário investir em programas de capacitação profissional que alinhem as habilidades dos trabalhadores às demandas do mercado formal, facilitando sua inserção em ocupações mais seguras e com melhores perspectivas.

Já por parte das empresas, é preciso oferecer condições e benefícios que incentivem e atraiam os trabalhadores para o mercado de trabalho formal. Isso pode incluir salários compatíveis e pacotes de benefícios, assim como promover uma cultura organizacional que valorize o trabalhador, fortalecendo o senso de pertencimento e contribuindo para a retenção e redução da rotatividade.

Dessa forma, se faz necessária a compreensão das necessidades e dos interesses dos trabalhadores, em diferentes idades, incluindo os jovens, para identificar os fatores que poderiam levá-los a deixar atividades informais ou autônomas e ingressar no mercado formal sob o regime CLT.

Assim, para aprofundar a compreensão sobre o mercado de trabalho, realizamos uma pesquisa qualitativa com egressos do Senac/ES, que hoje atuam profissionalmente em diferentes áreas. A escuta direta desses participantes nos permitiu acessar dimensões que os indicadores quantitativos não revelam, como sentimentos, valores, motivações e desafios que orientam suas escolhas de carreira. Esse olhar qualitativo complementa os dados estatísticos, trazendo à tona o lado humano por trás dos números e oferecendo uma visão mais ampla sobre as dinâmicas do trabalho no Espírito Santo. Confira:

PESQUISA QUALITATIVA COM ALUNOS E EGRESSOS DE CURSOS DO “PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE” DO SENAC/ES

Metodologia

A metodologia adotada priorizou **entrevistas individuais**, conduzidas entre janeiro e abril de 2025, com um **grupo diversificado de 15 participantes**, entre homens e mulheres, com idades entre **18 e 51 anos**, cuja **renda variava de meio a 3,5 salários mínimos**, abrangendo diferentes gêneros, condições familiares e formas de inserção no mercado, do emprego formal às atividades informais. A análise dos relatos, feita por meio da técnica de análise de conteúdo, destacou fatores como a importância dos benefícios, a flexibilidade dos horários, a proximidade do trabalho, o respeito no ambiente laboral e as possibilidades de crescimento,

evidenciando que as decisões profissionais são influenciadas por múltiplos aspectos interligados.

Ao articular os dados quantitativos do CAGED e da PNAD com os achados dessa escuta qualitativa, **nosso estudo oferece uma visão dos desafios e oportunidades do mercado**. Compreender as expectativas e necessidades dos trabalhadores amplia o entendimento sobre o cenário atual, e também fornece subsídios para a formulação de políticas e estratégias empresariais que promovam vínculos mais estáveis e satisfatórios em um contexto de constante mudança.

Resultados

A análise de conteúdo das entrevistas possibilitou identificar quatro grandes categorias que estruturam os critérios mencionados pelos participantes. A primeira diz respeito à **segurança financeira**, marcada pelo desejo de ter um contrato fixo, previsibilidade de salário e estabilidade no emprego. Em seguida, aparecem os **benefícios** como fator de destaque: vale-alimentação, plano de saúde, transporte e horário fixo foram citados como diferenciais importantes no momento de decidir por uma vaga. O **ambiente de trabalho** também se mostrou central, especialmente quando envolve respeito, organização, suporte e canais de comunicação claros. Por fim, a **flexibilidade para a vida pessoal** surge como elemento cada vez mais valorizado, permitindo conciliar o tempo de trabalho com compromissos familiares, estudos e cuidados com a saúde.

Essas categorias ajudam a compreender como os entrevistados, avaliam suas experiências ao longo da trajetória profissional. No momento da escolha por um emprego, os entrevistados tendem a priorizar principalmente a segurança financeira e os benefícios oferecidos, prestando atenção também à percepção do ambiente. Com o passar do tempo, para a permanência no cargo, o peso recai sobre fatores como respeito interpessoal, uma rotina equilibrada e o reconhecimento pelo trabalho realizado. Já as razões para deixar um posto de trabalho estão frequentemente ligadas à ausência de apoio, à sobrecarga de tarefas, à falta de treinamento, à desorganização interna ou a dificuldades práticas, como longas distâncias e problemas de transporte.

Esse percurso, que vai da escolha inicial à permanência e, por vezes, ao desligamento, **compõe um ciclo contínuo e dinâmico**, no qual decisões profissionais são moldadas por uma combinação de fatores objetivos e subjetivos. Quando esses relatos são analisados em conjunto com os dados quantitativos do **CAGED** e da **PNAD**, ganha-se uma compreensão mais completa do mercado de trabalho capixaba. Os números mostram tendências e fluxos, enquanto a dimensão qualitativa revela o lado humano por trás das estatísticas, oferecendo uma visão estratégica sobre os comportamentos e expectativas dos profissionais nos setores de comércio e serviços.

Análise das dimensões centrais do trabalho e permanência no setor de comércio e serviços

A análise de conteúdo revelou quatro dimensões principais que juntas compõem um entendimento mais amplo sobre o que significa trabalhar hoje para esse grupo de entrevistados, mostrando que o emprego é percebido como um conjunto de condições, e não apenas como a soma do salário e das horas trabalhadas.

A dimensão de **Segurança financeira** emergiu a partir dos relatos dos entrevistados, que destacaram a importância de contar com um salário fixo todos os meses :



"É porque lá, é assim, eu vou ter o meu salário certinho todo mês" (entrevistado 1).



"É CLT. Eu tô há uns 6 anos já nessa empresa, então eu tô tranquila, estabilizada nesse lugar" (entrevistado 7).



"Estava bem devagar essa parte de empreendedorismo, aí eu preferi ir pra CLT. O país está com a estabilidade muito ruim, né? Então eu preferi ter essa estabilidade" (entrevistado 9).

A segurança financeira de se ter um trabalho formal aparece como o alicerce dessa relação. Ter um salário fixo, pago em dia, vai além do aspecto monetário: representa a possibilidade de planejar o futuro, honrar compromissos e organizar a vida com mais tranquilidade.

Em um contexto de instabilidade econômica e presença marcante da informalidade, a previsibilidade da renda ganha um valor que é ao mesmo tempo prático e simbólico. Muitos entrevistados relataram o alívio sentido ao migrar de atividades informais ou autônomas para vínculos formais, via CLT, que asseguram regularidade. Para eles, estabilidade financeira significa também estabilidade emocional, proteção familiar e um maior senso de controle diante das incertezas cotidianas. Essa dimensão se conecta diretamente aos **benefícios** oferecidos pelas empresas:



"A gente está trabalhando e tem os benefícios (...) valor do salário benefício, plano de saúde, cesta básica. Hoje em dia para ganhar um salário sem benefício está um pouquinho complicado, entendeu" (entrevistado 11).



"Eu saí do meu antigo emprego, eu só recebia salário fixo. Hoje eu tenho muitos benefícios, só por isso aceitei a escala 6x1, porque os benefícios compensam" (entrevistado 10).



"Aceitei por causa do plano de saúde. Mesmo que seja participativo, você usou, você pagou. Aí pra mim é vantagem. Eu quero trabalhar onde tenha contato com pessoas e plano de saúde" (entrevistado 1).



"Pra mim, o mais importante é o ambiente. Eu pedi para sair da área por causa da situação da minha saúde" (entrevistado 5).

Dessa forma, **plano de saúde, vale-alimentação, vale-transporte e horário fixo** deixaram de ser vistos como simples complementos, passando a integrar o próprio conceito de remuneração. O plano de saúde, especialmente, foi citado como diferencial decisivo para a escolha e manutenção no emprego, sendo percebido como cuidado com a saúde própria e da família. A ausência desses benefícios, por outro lado, reduz a atratividade da vaga e pode levar ao abandono do posto, mesmo quando o salário é considerado adequado.

O **ambiente de trabalho** surge como um terceiro eixo fundamental:



"Era uma cobrança, ambiente desorganizado. Se a gente fizesse errado, a gente ia ser chamada atenção. Então assim, se você não me ensinou, como vai me cobrar? Você não tem direito. Eu pedi pra sair pois não vale a pena pra saúde mental" (entrevistado 1).



"Eu fiquei muito traumatizado, porque na época que eu trabalhei no varejo, eu trabalhava escravizado. Então não tinha vida. Não tinha vida. Pedi pra sair e não quero mais trabalhar dessa forma" (entrevistado 8).



"Sinceramente, para mim, o que mais conta em um trabalho é o ambiente, o horário e os dias que a gente vai trabalhar, de segunda a sexta ou de segunda a sábado" (entrevistado 12)

Não importa o valor do salário ou o pacote de benefícios se o espaço de trabalho não oferece respeito, organização e condições adequadas. A qualidade das relações humanas, o tratamento digno, a clareza nas funções e a existência de suporte cotidiano foram citados como determinantes para a permanência. Muitos entrevistados relataram frustração em contextos desorganizados, marcados por falta de treinamento, comunicação falha e cobranças autoritárias, gerando um ciclo de erros, desgaste emocional e desmotivação. Em contrapartida, quando há respeito mútuo, liderança compreensiva e rotinas claras, cresce o engajamento, a sensação de pertencimento e o bem-estar emocional.

Por fim, a **flexibilidade**:



"Eu optei de não entrar mais em comércio. Por causa dessa carga horária muito longa. Ou você cuida da sua família, ou você vive por trabalho. Eu não aceitaria voltar para o varejo, supermercado também não, não tem flexibilidade" (entrevistado 8).



"A rotina não ser maçante e pesada é um fator determinante para eu aceitar um emprego" (entrevistado 6).



"Me chamaram pra loja do shopping. Só que eu não quis por causa do horário. Eu tinha que ficar lá até tarde. Tinha que chegar lá acho que era 9h e sair às 18h. Todos os dias, sábado e domingo, só com uma folga" (entrevistado 1).

Essa dimensão aparece como uma demanda cada vez mais valorizada. Jornadas rígidas, como a escala 6x1, são apontadas como fator de desgaste físico e emocional, dificultando a conciliação entre trabalho, vida pessoal e responsabilidades familiares. A ausência de folgas adequadas e a distância entre casa e trabalho pesam nas decisões de desligamento. Já horários adaptáveis, proximidade do local de trabalho e autonomia para organizar o tempo são vistos como elementos que favorecem a satisfação e a permanência. Essa valorização da flexibilidade é especialmente evidente entre mulheres com responsabilidades domésticas, mas também se repete entre jovens e outros grupos que buscam equilíbrio entre vida profissional e pessoal.



Essas quatro dimensões se entrelaçam para formar o que os entrevistados reconhecem como as condições mínimas para um trabalho sustentável. **O que emerge é uma mudança significativa na percepção sobre o emprego: não basta o salário; é preciso oferecer estabilidade, respeito, cuidado e equilíbrio para que o vínculo se mantenha e o trabalhador se sinta valorizado.**

Ao dialogar com os dados quantitativos do CAGED e da PNAD, que apontam oscilações na formalização e nas condições de trabalho, esses achados revelam que a busca por vínculos mais estáveis e por melhores condições é também uma resposta à vulnerabilidade estrutural que caracteriza o setor.

Em suma, o trabalho no comércio e nos serviços, segundo os entrevistados, é vivido como uma experiência que envolve aspectos emocionais, sociais e práticos, que se interligam e determinam o sucesso ou o fracasso da permanência no emprego. Organizações que compreendem e valorizam essa complexidade tendem a estar mais bem posicionadas para reter talentos, fortalecer equipes e contribuir para um desenvolvimento mais sustentável do **setor**.



Quadro de Síntese dos Resultados

	Achados Principais	Implicações
Valores atribuídos ao trabalho	Segurança financeira, benefícios, respeito, flexibilidade e sentido no trabalho	Empresas devem buscar reconhecer e reforçar esses valores em sua cultura organizacional
Diferenças por perfil	Mulheres com filhos priorizam flexibilidade; jovens buscam crescimento e aprendizado	Estratégias de atração e retenção devem considerar perfis diversos e necessidades específicas
Tipo de vínculo e percepção de valor	Vínculos formais são mais valorizados por sua estabilidade; autônomos valorizam liberdade, mas sentem insegurança	Reforça a importância da formalização e da oferta de benefícios, mesmo em contratos flexíveis
Setores mal avaliados	Comércio e varejo vistos como ambientes inflexíveis, com baixa valorização e pressão excessiva	Necessidade de rever condições de trabalho no setor para evitar evasão e desengajamento
Trajetórias pregressas e expectativas	Experiências negativas tornam pequenos benefícios diferenciais valiosos	Valorizar mesmo os "básicos" pode ser estratégico em contextos com alta informalidade
Sentido do trabalho	Desejo por respeito, equilíbrio vida-trabalho e reconhecimento	Trabalhar o propósito e o clima organizacional como fatores de engajamento

Elaboração: Equipe connect

Conclusão

O mercado de trabalho capixaba em 2025 expõe uma contradição. O **CAGED mostra que a criação de postos formais perdeu fôlego**, com saldo do primeiro semestre 32,5% menor que em 2024. Já a **PNAD Contínua revela queda da taxa de desemprego**, que atingiu 3,1%, a quinta menor do país. Essa aparente divergência se explica pelo avanço da ocupação informal, que responde pela maior parte do crescimento recente e já abrange 38,2% dos trabalhadores do estado.

Esse contraste evidencia que o Espírito Santo não enfrenta mais a escassez de postos de trabalho em si, mas sim um desafio de qualidade dos vínculos. Há pessoas ocupadas, mas em grande medida sem carteira assinada ou sem CNPJ, expostas à instabilidade e à ausência de proteção social. Nesse ponto, os números estatísticos encontram eco na escuta qualitativa com egressos do Senac/ES: para eles, a formalização é valorizada não apenas pelo salário, mas pelo conjunto de garantias que oferece, segurança financeira, benefícios, ambiente de respeito e possibilidades de crescimento. Quando esses elementos não estão presentes, a informalidade surge como alternativa, ainda que precária, por permitir flexibilidade e autonomia.

Assim, **o cenário capixaba combina baixa desocupação com alta informalidade,** configurando um mercado próximo ao pleno emprego, mas com vínculos instáveis. Para avançar, torna-se essencial alinhar políticas públicas e estratégias empresariais a esse novo contexto: **investir em capacitação que conecte trabalhadores às demandas do setor formal, estimular a valorização de benefícios e promover ambientes de trabalho mais organizados e respeitosos.** O que os números e as falas revelam em conjunto é que não basta gerar ocupação; é preciso construir condições para que o emprego formal seja percebido como a opção mais vantajosa, consolidando um ciclo virtuoso de inclusão, estabilidade e desenvolvimento sustentável.

Apêndice

Características Ocupacionais das Unidades da Federação, 2º trimestre de 2025

Estados	Taxa (%) de desocupação	Taxa (%) de Informalidade	Rendimento Médio (R\$)*	Taxa (%) de Subocupação	Taxa (%) de Subutilização
Rondônia	2,3	47,7	3.110	2,6	7,6
Acre	7,3	46,6	2.497	3,2	18,2
Amazonas	7,7	52,1	2.383	3,4	15,9
Roraima	5,9	41,6	3.044	3,1	13,7
Pará	6,9	55,9	2.436	7	20,5
Amapá	6,9	43,4	2.969	3,8	13,6
Tocantins	5,3	41,5	3.003	3,8	13,6
Maranhão	6,6	56,2	2.101	6,8	24,3
Piauí	8,5	51,8	2.322	13,8	30,2
Ceará	6,6	51	2.240	7,6	21,4
Rio Grande do Norte	7,5	39,5	2.731	5,4	19,2
Paraíba	7	50,4	2.259	9	23,1
Pernambuco	10,4	47,5	2.616	8,8	25,1
Alagoas	7,5	45,2	2.434	7,4	23,8
Sergipe	8,1	49,1	2.425	9,8	26
Bahia	9,1	52,3	2.136	11	27
Minas Gerais	4	36,5	3.102	3,5	10,4
Espírito Santo	3,1	38,2	3.334	1,9	7,1
Rio de Janeiro	8,1	37,6	4.081	3,6	14,2
São Paulo	5,1	29,2	4.055	3	10,8
Paraná	3,8	31,9	3.710	3,4	10
Santa Catarina	2,2	24,7	4.028	1,1	4,4
Rio Grande do Sul	4,3	31,1	3.671	3,1	9,5
Mato Grosso do Sul	2,9	32	3.466	3	8,1
Mato Grosso	2,8	35,5	3.503	1,5	6,8
Goiás	4,4	35	3.340	2,1	8,8
Distrito Federal	8,7	28,4	5.727	4,1	16,2
Brasil	5,8	37,8	3.369	4,5	14,4

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

*Habitualmente recebido no trabalho principal

Notas

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua Trimestral) é uma pesquisa realizada através de uma amostra de domicílios e destina-se a produzir informações sobre a inserção da população na força de trabalho. Sua amostra foi desenhada visando produzir informações trimestrais.

Diferentemente dos dados disponibilizados pelo RAIS/CAGED/MTE, que consolida números dos registros oficiais das empresas e mapear o mercado formal de trabalho, a PNAD/IBGE é uma pesquisa que busca captar informações gerais sobre a situação do trabalho de forma geral.

A cada trimestre, são investigados 211.344 domicílios particulares permanentes, em aproximadamente 16.000 setores censitários, distribuídos em cerca de 3.500 municípios.

São classificadas como desocupadas na semana de referência (semana da pesquisa) as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência.

¹O IBGE ajustou a série histórica das estimativas populacionais e da taxa de desocupação com base nas novas informações disponibilizadas pelo Censo 2022.

Mais informações estão disponíveis em:

https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022_07/ibge-vai-ajustar-dados-passados-de-desemprego-entenda-o-porque

²A taxa de desocupação, também conhecida como “taxa de desemprego”, leva em consideração as pessoas que estão disponíveis para o trabalho e buscaram emprego mas que não conseguiram uma colocação no mercado de trabalho. Seu cálculo se dá a partir da proporção das pessoas desocupadas em relação a força de trabalho, que são as pessoas em idade para trabalhar e que estão ocupadas ou desocupadas no período de referência.

³A taxa de informalidade é o percentual de informais dentro da população ocupada. Nesse contexto, a situação de informalidade se refere às pessoas ocupadas como “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, exclusive trabalhador doméstico”, “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”, “Empregador sem CNPJ”, “Conta própria sem CNPJ” e “Trabalhador familiar auxiliar”.

⁴A taxa de subutilização da força de trabalho corresponde à proporção da população economicamente ativa que enfrenta insuficiência de ocupação. Esse indicador engloba os desocupados (pessoas que procuram emprego, mas não conseguem), os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (aqueles que trabalham menos do que desejam) e a força de trabalho potencial (indivíduos que gostariam de trabalhar, mas não buscaram emprego devido a motivos específicos, como desânimo ou indisponibilidade temporária).

EXPEDIENTE: Presidente do Sistema Fecomércio-ES/Sesc/Senac: Idalberto Luiz Moro | Diretor Sesc-ES: Luiz Henrique Toniato | Diretor Senac-ES: Richardson Schmittel | Superintendente Fecomércio-ES: Wagner Corrêa | Diretor de Relações Institucionais Fecomércio-ES: Cezar Wagner Pinto | Equipe Connect Fecomércio-ES: André Spalenza : Karina Tonini : Felipe Montini : Eduarda Gripp : Gercione Dionizio : Paulo Rody : Samuel O. Cabral : Ryan Procopio : Giulia Ortega : João Guimarães | Tel.: 3205-0706 | www.fecomercio-es.com.br